

O MUNDO/CIÊNCIA E VIDA

Sindicato de cientistas quer agência espacial

JOSÉ EUSTÁQUIO DE FREITAS

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — A criação de uma agência espacial brasileira, a destinação de maiores verbas para ciência e tecnologia e a definição de um plano de cargos e salários compatível com a atividade são as metas principais na plataforma de lutas do primeiro sindicato do País formado por cientistas. A entidade será registrada esta semana no Ministério do Trabalho e já tem mais de 500 associados.

No fim do mês, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba vai realizar seu primeiro congresso e a eleição da diretoria. Antes disso, os cientistas já estão discutindo a proposta de ampliar a base territorial do sindicato para todo o Estado de São Paulo. Hoje, ele reúne cientistas e outros servidores do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), ligado ao Ministério da Aeronáutica, e da Fundação de Tecnologia Industrial (FTI), do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Durante o congresso será discutida a integração imediata dos pesquisadores do Centro Tecnológico de Informática (CTI), de Campinas, e será definida uma estratégia de lutas e reivindicações a serem negociadas com o novo Governo. A primeira questão levantada pelos cientistas está relacionada ao vínculo trabalhista: eles defendem um contrato de trabalho bilateral direto com a instituição em que trabalham, e não com o serviço público federal.

Mas a principal luta do sindicato será no campo político, segundo de-

fendem os dirigentes da entidade. Como a maioria dos associados está ligada aos órgãos de pesquisa espacial nos campos civil e militar, a criação de uma agência espacial brasileira será a principal bandeira.

Para isso, o sindicato formou uma comissão de ciência e tecnologia, presidida pelo engenheiro mecânico Humberto Pontes Cardoso, que trabalha na área de controle térmico do satélite que está sendo construído pelo Inpe. A criação de uma agência espacial, na opinião dos cientistas, permitirá a definição de um plano estratégico de longo prazo, o acompanhamento mais aberto da sociedade e do Congresso sobre esses programas e a definição de um fluxo orçamentário sem interrupções que possam comprometer os trabalhos.

As primeiras posições públicas do sindicato foram definidas em reunião com 30 pesquisadores. O documento, entregue à Evaldo Alves, o responsável pelo setor de Ciência e Tecnologia da equipe do Presidente Collor de Mello, pede uma nova política para a área espacial e a revisão da estrutura de decisão e gerenciamento do programa, desvinculando as atividades civis das militares.

A missão espacial completa brasileira atualmente é coordenada pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais que, por lei, é presidida pelo Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. Ela prevê o lançamento de quatro satélites fabricados pelo Inpe por um foguete em construção no CTA. O satélite inicial fica pronto no ano que vem, mas o lançador não estará em condições antes de 1995. Os cientistas defendem a desvinculação da missão e a contratação de um lançador estrangeiro para os primeiros satélites.

Nova constituição trouxe condições para legalização

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — Até obter o registro oficial no Ministério do Trabalho, o sindicato que congrega os cientistas da área espacial percorreu um longo caminho. As primeiras assembléias foram em 1985 durante uma fase crítica do CTA e do Inpe. Havia uma grande evasão de cientistas para o setor privado e para o exterior, os salários eram defasados em 60% em relação à iniciativa privada e faltavam verbas para pesquisas. No auge dessa movimentação, o Diretor do Instituto de Pesquisas Espaciais, Nelson Parada, foi substituído por Marco Antonio

Raupp, que autorizou a formação da comissão de funcionários do Inpe.

No ano passado, o pesquisador Sérgio Rosin, do Inpe, foi escolhido Presidente da diretoria provisória. Formaram-se as comissões de trabalho e começou a luta pelo reconhecimento da entidade. No Inpe não houve problemas, mas no Centro Técnico Aeroespacial (CTA), o Vice-Diretor, Brigadeiro Werner Brauer, disse aos dirigentes do sindicato que só discutiria com eles depois que a entidade fosse reconhecida.

A possibilidade de registro do sin-

dicato só veio com a nova Constituição, mas a falta de uma regulamentação sobre o assunto impediu até agora que isso ocorresse. Nenhum cartório de São Paulo, São José dos Campos, Caçapava ou de Brasília aceitou registrar os estatutos. Na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, a única orientação era para que aguardassem a lei complementar sobre direito de greve e sindicalização. Só no fim de fevereiro é que o Ministério do Trabalho criou uma instrução normativa permitindo a inscrição do sindicato em livro próprio em caráter provisório.